


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000594-21.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Carlos Daniel Olympio dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

Vistos.

OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento, com qualificação nos autos, ajuizou ação de busca e apreensão em face de **Carlos Daniel Olympio dos Santos**, também qualificado, dizendo ter firmado com a parte ré uma cédula de crédito bancário com cláusula de alienação fiduciária, para aquisição do veículo descrito na inicial e, ante a mora quanto às prestações vencidas, pretende a retomada do bem e a condenação da parte ré nos consectários legais.

Juntou documentos (fls. 25/30).

Cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão (fls. 38).

Citada, o réu não contestou o pedido (fls. 39).

É uma síntese do necessário relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Citado, o réu apresentou contestação operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do NCPC e a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

Ainda, a parte autora comprovou, documentalmente, a existência do contrato (fls. 26/29) e o inadimplemento (fls. 25) do réu.

Segundo Orlando Gomes:

1000594-21.2018.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“Pode o credor obter a satisfação do crédito com a sentença que determina a consolidação da propriedade e legitima a venda extrajudicialmente da coisa, permitindo ao credor tornar-se proprietário pleno do bem, incorporando-o ao seu patrimônio, tal como se o adjudicasse” (in Alienação Fiduciária em Garantia. ed. RT, 1975).

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e, nos termos do art. 3º e §§ do Decreto-lei nº 911, de 1969, com nova redação dada pelo art. 56 da Lei nº 10.931/04, consolido a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo Chevrolet/Corsa Sedan Wind 1.0 MPFI Gás, Placas CRN 4565, em mãos da parte autora, que desde já fica expressamente autorizada vendê-lo a terceiros.

Condeno o réu, dada sua sucumbência, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de março de 2018.

Juiz Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**